

QUESTÕES SOCIAIS DAS REGIÕES PERIFÉRICAS E RIBEIRINHAS:

A TERRITORIALIDADE DOS ASSENTAMENTOS INFORMAIS

Social issues of the regions and peripheral riparian: a territoriality of informal settlements

Simone Conceição da Silva¹

Liane da Silva Bueno²

RESUMO

Este artigo tem o propósito de proporcionar uma reflexão a respeito de um tema que por muitos tem sido debatido, as zonas periféricas de assentamentos informais, identificadas como sendo um fenômeno mundial contemporâneo da globalização. É o crescimento urbano expandindo-se em espaços inóspitos e impensáveis, em termos de infraestrutura, saneamento básico e acessibilidade mínima, como forma muitas vezes de dar conta de um problema social estabelecido e estruturalmente vivenciado pelas comunidades periféricas e em vulnerabilidade social. Tem-se como exemplo as zonas ribeirinhas, historicamente atingidas pelas enchentes, fazem parte de um grupo de constante tentativa de deslocamento como forma de solução ao problema já considerado estrutural e crônico, muito embora desconsidere-se as estruturas necessárias para que efetivamente o conflito seja solucionado. Tem-se então no inventário de terras, com a finalidade de analisar os vetores de crescimento das cidades, estabelecer diretrizes de controle do uso e ocupação dos solos, controle do meio ambiente, para o desenvolvimento de políticas de fiscalização e do cumprimento do papel social das propriedades; como uma forma de trabalhar essas localidades. Assim, aponta-se que as possibilidades de estudos e análises das referidas áreas se ampliam com advento da acelerada evolução tecnológica, e suas dinâmicas formas de obtenção de dados da superfície terrestre que, tratados, servirão de aporte para a realização dos estudos pertinentes. Possibilitando o embasamento de

¹ Especialista em Serviço Social. Universidade Federal do Pampa/São Borja /RS. email: desertpoint_1@hotmail.com.

² Doutora em Engenharia de Produção/UFSC. Universidade Alto Vale do Rio do Peixe (UNIARP). email: lianebueno@gmail.com.

critérios de uso do solo, de acordo com as especificidades de cada localidade; bem como recuperação dos espaços periféricos e resilientes, proporcionando cidadania de forma segura e humanitária.

Palavras-chave: Social. Territorialidade. Áreas Periféricas. Regiões ribeirinhas. Tecnologias de obtenção de dados da superfície.

ABSTRACT

This article is intended to provide a reflection on an issue that has been debated for many, the peripheral areas of informal settlements, identified as a contemporary global phenomenon of globalization. It is the urban growth expanding into inhospitable spaces and unthinkable in terms of infrastructure, sanitation and minimal accessibility as a way often realize a social problem structurally established and experienced by peripheral communities and social vulnerability. It has been an example riparian zones historically affected by the floods, are part of a group of constantly trying to shift as a way of solving the problem once considered structural and chronic, although disregard up the necessary structures for effective conflict is solved. It has been so in the inventory of land, in order to analyze the growth drivers of the cities, establishing control guidelines of use and land use, environmental control, to develop enforcement policies and the fulfillment of the social role properties; as a way to work these locations. Thus, it points that the possibilities for studies and analyzes of these areas are expanded with the advent of rapid technological change, and its dynamic ways of obtaining data of the Earth's surface, treated, will serve as a contribution to the achievement of relevant studies. Enabling the basis of land use criteria, according to the specifics of each locality; and recovery of peripheral spaces and resilient, providing citizenship safely and humanely.

Keywords: Social. Territoriality. Peripheral Areas. Coastal regions. The surface data acquisition technologies.

INTRODUÇÃO

Um dos problemas centrais relacionado aos perímetros urbanos dos municípios brasileiros são as áreas de favelas e as áreas periféricas, onde estudos e reflexões tem se voltado as questões socioeconômicas; as questões da territorialidade, a respeito do uso e ocupação; as áreas passíveis a riscos de desmoronamento bem como as áreas alagadiças; áreas resilientes.

Dentre tantos aspectos, inclui-se assim, os levantamentos cartográficos

resultantes de sistema de informações geográficas, que vem proporcionar estudos e caracterização das populações residentes nessas áreas de assentamentos precários.

Bem como menciona SARAIVA, MARQUES e GOMES (2006, p. 21)

Conhecer a população em alternativas habitacionais precárias e suas características, são tarefas imprescindíveis para que as ações públicas para o melhoramento dessas áreas obtenham êxito.

Segundo UNHABITAT (2010), as cidades podem se transformar em elemento gerador de novos riscos: infraestrutura e serviços deficientes, degradação do ambiente urbano, aumento das ocupações irregulares e entorno de um bilhão de moradores de favelas em todo o mundo, as quais são construídas em áreas de risco, ou seja, de encostas instáveis ou sujeitas as inundações.

A origem dos riscos se dá por diversos fatores, onde destaca-se o crescimento de populações e o aumento da densidade urbana e a realidade de governanças debilitadas, que proporcionam desenvolvimento urbano sem planejamento.

E a estes planejamentos tem-se consequências como as áreas destinadas as populações de baixa renda geralmente nas regiões periféricas, e a ocorrência das construções vulneráveis, a intervenção nos ecossistemas nas regiões litorâneas e entornos de rios, com as invasões às margens dos rios, a escassez de drenagem adequadas, expondo muitas áreas às inundações.

Destaca-se também os desflorestamentos que ocasionam as erosões, bem como na ocorrência de solo exposto que em dias de chuvas, colocam em risco as pessoas moradoras nas encostas, aos deslizamentos e, ainda destaca-se a carência de planos ambientais que sejam destinados a ocupação urbana.

Bueno et al (2003), menciona que a questão do meio ambiente é hoje uma das mais importantes nos estudos acadêmicos e tem chamado para si o interesse em âmbito internacional, nacional e local. Através dela, outras muito importantes também acabam sendo fomentadas, como a discussão sobre o desenvolvimento sustentável, por exemplo, e sua capacidade de estabelecer um modelo adequado de planejamento e intervenção ambiental.

Nesse panorama, observa-se que alguns programas institucionais têm

voltado suas áreas de ação para o incremento de condições que favoreçam aspectos intimamente relacionados às premissas desse paradigma, quais sejam: a justiça social, o desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente.

Conseqüentemente, essas ações vão repercutir de maneira pontual na qualidade de vida e no índice de desenvolvimento humano das localidades onde são implementadas.

Refletir a questão social e as questões da territorialidade das áreas resilientes e/ou periféricas de assentamentos informais, reforça a necessidade de buscar o entendimento de qualidade de vida.

Para SOUZA e MILIOLI (2012) a qualidade de vida humana diz respeito à acessibilidade dos cidadãos ao ambiente em equilíbrio; às condições de saneamento básica e à moradia em áreas adequadas.

STEINER e ALEXANDRE (2012), apontam em trabalho a respeito da avaliação do sistema de drenagem pluvial urbana com aplicação do índice de fragilidade, que o sistema de saneamento é composto por obras que proporcionam o bem estar da população, referentes ao abastecimento e tratamento de esgoto, coleta e disposição adequada de resíduos e sistema de drenagem pluvial urbana.

A falta de rede de esgoto de esgoto junto com a ineficiência da distribuição a coleta de lixo aumenta a possibilidade de ocorrência de inundações, provocada por entupimento de bueiros e a galerias, ocasionando a veiculação de doenças.

No entanto, buscar o conhecimento dessas áreas se faz necessário para que se tenha condições de planejar a partir das características locais e de entorno.

Para tanto tem-se, as visitas in loco para a realização dos registros cadastrais sejam eles relativos ao aspecto social das comunidades periféricas ou em áreas resilientes, bem como a obtenção de registros relativos as condições técnicas territoriais dessas localidades, através de medições topográficas, para a identificação das características dos relevos e de ocorrência de áreas de preservação permanente quando obtenção das faixas de declividade impróprias a ocupação humana.

Também os registros de ocorrência de recursos hídricos, tipos de solo, afloramento de rochas, bem como todo tema que venha complementar um

cadastro enriquecido de um nível de informação que seja representativa, ou seja, que venha fundamentar as futuras decisões, diretrizes a longo prazo, que venha nortear o destino das comunidades de forma segura e com qualidade.

Uma proposta de reflexão bibliográfica, de caráter exploratório-descritivo, que venha contribuir para a construção do conhecimento científico, afim de fundamentar pesquisas de áreas correlatas, haja visto ser um tema atual e intensamente pesquisado, em trabalhos científicos das áreas tecnológicas e sociais.

Conforme Lima e Miotto (2015), pesquisa bibliográfica como um procedimento metodológico, oferece ao pesquisador uma possibilidade na busca de soluções para seu problema de pesquisa. Apresenta como um desenho metodológico de aproximações sucessivas, considerando que a flexibilidade na apreensão dos dados garanta o movimento dialético no qual o objeto de estudo pode ser constantemente revisto.

Sabe-se que o método dialético implica em revisão e reflexão crítica, envolvendo análises ideológicas ou teóricas do sobre o objeto em questão.

Tem-se que a pesquisa bibliográfica implica em um conjunto de buscas por soluções, atento ao objeto de estudos, e por isso não pode ser aleatório.

Com esse intuito, o presente artigo, apresenta uma pesquisa bibliográfica, apresentando possibilidades, observando soluções ao objeto de estudo proposto.

O PENSAR SOCIAL DAS REGIÕES PERIFÉRICAS E RIBEIRINHAS

Quando pensamos em alternativas que levem à preservação tanto dos aspectos sociais, naturais e a biodiversidade local, como as características culturais de determinada comunidade, há que se observar a importância de ambos para a manutenção da própria identidade destes elementos transformadores inegáveis da sociedade.

Considera-se relevante incluir nesta reflexão, o fato de que estes elementos se inserem dentro do que reconhecemos como sendo o fenômeno mundial contemporâneo da globalização, e que este acarreta necessariamente a sobreposição e verticalização de interesses numa sociedade hegemônica.

É ainda preciso problematizar a questão territorial, não a relacionando

apenas como espaços geográficos, com seus limites de espaço, e afins. Mas sim, como espaço vivido, construído por pessoas, nas quais concentram-se identidades próprias – “espaço vivido” como afirma Santos (2012) – sinônimo este, de espaço humano, permeado de particularidades, na qual tem papel central em nossa formação social.

Problematizar a temática territorial é imprescindível, não a limitando-se apenas como espaço habitado, mas sim como categoria de análise social – arraigada de influências sociais, políticas, culturais – que determina o modo de vida de cada pessoa e suas relações sociais.

Todos os contextos se intrometem e superpõem, corporificando um contexto global, no qual as fronteiras se tornam porosas para o dinheiro e para a informação. Além disso, o território deixa de ter fronteiras rígidas, o que leva ao enfraquecimento e à mudança de natureza dos Estados nacionais. O discurso que ouvimos todos os dias, para nos fazer crer que deve haver menos Estado, vale-se dessa mencionada porosidade, mas sua base essencial é o fato de que os condutores da globalização necessitam de um Estado flexível a seus interesses (SANTOS, 2012, p. 32).

As políticas públicas tornam-se por vezes ineficientes quando deparam-se com a chamada flexibilização do próprio Estado, que passa a responder aos interesses do mercado, em detrimento das demandas sociais e estruturais. Os espaços urbanos tendem então a expandirem-se aos mais inóspitos e impensáveis, em termos de infraestrutura, saneamento básico e acessibilidade mínima, como forma muitas vezes de dar conta de um problema social estabelecido e estruturalmente vivenciado pelas comunidades periféricas e em vulnerabilidade social.

As privatizações são a mostra de que o capital se tornou devorante, guloso ao extremo, exigindo sempre mais, querendo tudo. Além disso, a instalação desses capitais globalizados supõe que o território se adapte às suas necessidades de fluidez, investindo pesadamente para alterar a geografia das regiões escolhidas. De tal forma, o Estado acaba por ter menos recursos para tudo o que é social, sobretudo no caso das privatizações caricatas, como no modelo brasileiro, que financia as empresas estrangeiras candidatas à compra do capital social nacional. Não é que o Estado se ausente ou se torne menor. Ele apenas se omite quanto ao interesse das populações e se torna mais forte, mais ágil, mais presente, ao serviço da economia dominante (SANTOS, 2012, p. 33).

Populações ribeirinhas, historicamente atingidas pelas enchentes, fazem parte de um grupo de constante tentativa de deslocamento como forma de solução ao problema já considerado estrutural e crônico, muito embora desconsidere-se as estruturas necessárias para que efetivamente o conflito seja solucionado.

Quando se pensa em mobilidade e deslocamento destes grupos, há que se pensar em estrutura e planejamento eficaz, em termos de saneamento básico, acessibilidade facilitada, ou seja, condições mínimas de desenvolvimento humano. Além destes elementos primordiais, que nos remetem ao cumprimento das premissas afirmadas na Declaração de Direitos Humanos e a própria Constituição Federal, existem outros aspectos que não podem ser desconsiderados, como os culturais.

Estas populações ribeirinhas estão estabelecidas nestas zonas muitas vezes por décadas, séculos. E nestas, constituíram um histórico de vida, vivenciam uma cultura própria, preservam consigo um grande arsenal em termos de patrimônio histórico material e imaterial, como o caso dos pescadores artesanais e oleiros, por exemplo, que com eles asseguram que práticas seculares sejam mantidas e preservadas.

Um simples deslocamento e assentamento em outra zona, embora livre do perigo da enchente, não resolveria um inicial problema, e sim estaria por comprometer todo um aspecto de preservação cultural e histórica, além de exigir uma série de procedimentos que viessem a ser efetivados para proporcionar a eficácia de tal medida. Segundo Milton Santos (2015, p. 40):

com a globalização, todo e qualquer pedaço de superfície da terra, se torna funcional às necessidades, usos e apetites de Estados e empresas nesta fase da história.

Caso simplesmente seja feita a remoção e assentamento sem prévio planejamento e estruturação, a tendência provável que novas áreas de conflito estariam se formando e de forma desordenada, como já se observa em entornos urbanos, com conseqüente desenvolvimento e aumento de dados estatísticos no que se refere a expressões da questão social.

Conforme Yamamoto (1999, p. 27), "é o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura", como desemprego, fome,

violência”.

Há ainda, o aspecto de se estar desconsiderando as aptidões e empoderamento destas comunidades, que necessariamente deveriam ser ouvidas antes de que tais deslocamentos sejam realizados, pois ainda segundo Milton Santos, pg 39, " o espaço geográfico não apenas revela o transcurso da história como indica a seus atores o modo de nela intervir de maneira consciente".

O interessante seria que estas comunidades fossem contempladas com projetos urbanos e sociais capazes de assegurar sua manutenção de forma segura em seus espaços de origem, de forma a que todo esta riqueza envolvida fossem preservadas.

Trata-se, aqui, da produção local de uma integração solidária, obtida mediante solidariedades horizontais internas, cuja natureza é tanto econômica, social e cultural como propriamente geográfica. A sobrevivência do conjunto, não importa que os diversos agentes tenham interesses diferentes, depende desse exercício da solidariedade, indispensável ao trabalho e que gera a visibilidade do interesse comum. Tal ação comum não é obrigatoriamente o resultado de pactos explícitos nem de políticas claramente estabelecidas. A própria existência, adaptando-se a situações cujo comando freqüentemente escapa aos respectivos atores, acaba por exigir de cada qual um permanente estado de alerta, no sentido de apreender as mudanças e descobrir as soluções indispensáveis (SANTOS, 2015, p. 53-54).

Nesse sentido, o território é permeado de significados a qual atribui-se ações que geram identidades diversas. Segundo AMARAL (2014), é através dele, que se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e de solidariedade, e, principalmente as relações de poder. É nos territórios que as desigualdades sociais se expressam, e, as condições de vida dos cidadãos se mostram diferentes.

Quando pensamos em moradia, trabalho, locomoção, estudo, ausência ao acesso às políticas sociais e demais necessidades encontradas diariamente, que se pode medir e avaliar a diferença de acesso a esses serviços.

Fica cada vez mais notório identificar a diferença social por características como gênero, escolaridade, idade, profissão, ocupação, renda, localização de moradia, religião, concepção política, etc. Assim, o próprio território pode acentuar conflitos de interesses reproduzidos para dar resposta à essa diversidade de

recortes sociais. Para tanto, dar visibilidade à estes elementos, assim como apresentar propostas voltadas à realidade local, podem estar contribuindo de forma decisiva para que estas populações em áreas periféricas e ribeirinhas, estejam sendo assistidas e contempladas com soluções aos rotineiros problemas que enfrentam.

A territorialização tem papel essencial para o enfrentamento às vulnerabilidades e às desigualdades, pois as necessidades são ditadas pelo território e só conhecendo suas características e particularidades é que será possível desenvolver um trabalho em que realmente as políticas públicas sejam efetivadas. Não deixando de ressaltar, que não é um processo fácil, temos uma realidade que muito interfere para que isso aconteça.

INVENTÁRIOS DAS ÁREAS RESILIENTES E/OU PERIFÉRICAS DE ASSENTAMENTOS

INFORMAIS

Para SILVA e LOCH (2006), as estatísticas sobre um inventário de terras cumprem algumas finalidades tais como: analisar os vetores de crescimento das cidades, estabelecer diretrizes de controle do uso e ocupação dos solos, controle do meio ambiente, para o desenvolvimento de políticas de fiscalização e do cumprimento do papel social das propriedades.

ANTUNES (2012), relata que nas últimas décadas tem ocorrido grandes avanços tecnológicos usados para as medições, coletas, registros e visualizações a respeito à superfície terrestre.

E com isso inclui-se o sistema de informações geográficas, o sistema de posicionamento global de alta precisão via satélite, a tecnologia do laser scanner 3D, os drones etc, contudo proporcionando uma análise diagnóstica detalhada das superfícies. Onde tem-se que, baseado nesse diagnóstico, tais levantamentos e /ou estudos, venha explicitar um zoneamento das faixas que abrange a área de Influência direta aos riscos, objetivando o ordenamento do uso e ocupação do para cada realidade diagnosticada.

O laser scanner 3D, possui inúmeras aplicações, precisão e detalhamento inigualáveis, a tecnologia avança rápido e se aproxima cada vez mais das técnicas

convencionais de topografia. Tem-se o laser aéreo, laser terrestre, revolucionando os levantamentos topográficos bem como o laser móvel, permitindo também o imageamento fotográfico georreferenciado, o que veio ao encontro da necessidade constante de redução de prazos e custo de levantamento quando comparados aos levantamentos convencionais, sejam aéreos ou terrestres.

Destaca-se que, para realizar-se o inventário das características territoriais em áreas resilientes, periféricas de assentamentos informais, a tecnologia scanner 3D se adequa completamente, pois vem atingindo diversas áreas de registro superficial.

Dentre as áreas de registros através do laser scanner 3D, tem-se a infraestrutura, proteção dos monumentos históricos, engenharia, aplicações 'As Built' para elaboração de plantas topográficas e maquetes virtuais, uma vez que a densidade e a coloração real dos pontos (quando utilizada) passam a sensação de imagens e fotos reais.

A tecnologia proporciona digitalizar rapidamente estruturas inteiras; fornecer aos engenheiros medições da deformação para a colocação de reforço; revitalizar levantamentos à distância sem a necessidade de andaimes e escadas; quanto a geologia, capturar detalhes da superfície e desenvolver modelos 3D para uso em projetos; documentar as condições em que se encontra para a preservação da área; já na Topografia, cria mapas topográficos para medir distâncias, áreas e volumes; detecta deficiências de construção entre outras.

Para Coelho (2015), o sensoriamento remoto de alto nível técnico requer imagens captadas com câmeras digitais mais sofisticadas. É o caso das imagens que registram a superfície terrestre através dos drones, onde são interpretadas por softwares (SIG), cujas análises servem de direcionamento para vários fins, adequadas para cada diagnóstico.

O que compete inclusive nas chamadas Zonas de Interesse Sociais (ZEIS), afim de diagnosticar as características territoriais, se áreas passíveis a riscos de desmoronamento, áreas alagadiças, áreas resilientes, se Área de Preservação Permanente (APP) e a identificação das características infraestruturais desses ambientes, bem como as áreas ribeirinhas.

Para Arruda et al (2002), em estudos referentes ao Estatuto da Cidade e a regulamentação fundiária das zonas especiais de interesse social (ZEIS), na região

metropolitana de São Paulo, mencionam que a função básica das ZEIS é atender à necessidade de produção de habitação de interesse social, recuperação das áreas urbanas degradadas que oferecem condições precárias de moradia além de “garantia” da permanência da população moradora no local.

Conclui, os autores, que apenas medidas físico-territoriais são incapazes de fixar a população à terra conquistada.

Menezes (1996) relata que a urbanização não é um mal em si. A questão é que nos países em desenvolvimento ela conjuga-se com seus altos índices de pobreza. A ocupação de áreas urbanas ambientalmente frágeis como manguezais, várzeas, fundo de vale, aterros, lixões e áreas de mananciais, aliadas ao aumento descontrolado das atividades comerciais, financeiras e de construção é a expressão mais contundente dos efeitos dessa conjugação.

O autor ressalta, ainda, a importância de se criar soluções alternativas, que respeitem as diversidades locais, capazes de modificar o atual padrão de desenvolvimento urbano. Para tanto, a necessidade de uma estratégia administrativa capaz de encontrar formas concretas de harmonizar os critérios de equidade social, sustentabilidade ecológica e econômica, aceitabilidade cultural e distribuição espacial equilibrada das atividades dos assentamentos humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta reflexão a que propõe este artigo, vê-se a necessidade premente de se buscar iniciativas técnicas que venham resultar na sustentabilidade de nossas cidades, através de métodos que tenham a finalidade de harmonizar a distribuição consciente do espaço bem como, conhecer suas características e valor ambiental das áreas periféricas.

Estabelecer uma estrutura geral para o planejamento do uso da terra e o planejamento do meio físico no interior da qual seja possível desenvolver planos especializados e planos setoriais mais detalhados para as áreas protegidas, a agricultura, as florestas, os estabelecimentos humanos ou o desenvolvimento rural, estabelecer organismos consultivos intersetoriais para agilizar o planejamento e a implementação dos projetos.

Neste sentido, as atividades de planejamento ambiental urbano tem

conduzido à criação de mapas de legislação ambiental, elaborados a partir de leis municipais, estaduais e federais, como forma de estabelecer estratégias de desenvolvimento urbano menos agressivas ao ambiente.

Conhecer as relações do sistema complexo que é a cidade se faz necessário para que um Planejamento Urbano seja estruturado com eficiência. Mais do que da necessidade de órgãos públicos envolvidos neste planejamento o envolvimento comunitário também é essencial. É esta que apontará os problemas e prováveis soluções para estes. Também é ela que promoverá a continuidade e fiscalização do plano de ação.

Assim, o Plano Diretor entra em cena, cumprindo mais do que uma peça técnica, mas como um instrumento político, cuja maior virtude deve ser a de dar visibilidade e transparência às políticas urbanas.

Na medida em que se tornam públicas as diretrizes e prioridades de desenvolvimento e expansão urbana, a sociedade pode intervir e participar da gestão. Cada cidade possui uma lógica de crescimento, e o Plano deve democratizar e dar transparência ao processo. Em suma, o Plano Diretor deve ter o papel de livro de regras no jogo da cidadania.

Existe por parte dos órgãos ambientais federais e estaduais, em geral com recursos limitados, uma aspiração ao repasse de atribuições para os municípios, onde, em tese, deve estabelecer uma relação mais direta entre o poder público e as necessidades da população.

A breve investigação sobre o planejamento urbano aliado ao conhecimento da necessidade de se conhecer as características ambientais de um determinado território frente as atuais e futuras intervenções geoespaciais, mostra a urgência de propor para a Ilha de Santa Catarina um estudo que seja a favor do valor ambiental que possui.

Neste sentido, as atividades de planejamento ambiental urbano tem conduzido à criação de mapas de legislação ambiental, elaborados a partir de leis municipais, estaduais e federais, como forma de estabelecer estratégias de desenvolvimento urbano menos agressivas ao ambiente.

Conhecer as relações do sistema complexo que é a cidade se faz necessário para que um Planejamento Urbano seja estruturado com eficiência. Mais do que da necessidade de órgãos públicos envolvidos neste planejamento o

envolvimento comunitário também é essencial.

Neste sentido, a participação dos Conselhos Municipais e até mesmo associações de bairro podem se tornar importantes aliados e instrumentos essenciais à esta coleta e seleção de prioridades destas comunidades expostas à vulnerabilidade social. É esta que apontará os problemas e prováveis soluções para estes. Também é ela que promoverá a continuidade e fiscalização do plano de ação.

Mas para que este instrumento de fato signifique, é imprescindível que as prerrogativas apontadas por estes, sejam visibilizadas e analisadas enquanto "voz" e "termômetro" daqueles agentes diretamente envolvidos nestas questões e que à quem as políticas públicas estão voltadas.

Conclui-se que a importância da reflexão que este artigo proporciona, se faz em razão de que a zonas de interesse social venham ser investigadas, para que novas diretrizes de planejamento venham dar condições de vida para estas comunidades, de forma segura e humanitária.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Roberta Miranda do. Diários de Campo. Estágios Supervisionados em Serviço Social I e II. Universidade Federal do Pampa- Unipampa, 2014a.

ARRUDA, M.S.Q.; SÁ, L.A.C.de; CARNEIRO, A.; Candeias, A.L. O Estatuto da Cidade e a Regulamentação Fundiária de Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS. In: COBRAC - Congresso Brasileiro de Cadastro Técnico Multifinalitário, 2002, Florianópolis. Anais... Florianópolis: COBRAC, 2002.

BUENO, Liane da Silva. Zoneamento territorial para fins do uso e ocupação do solo visando a elaboração e atualização de planos diretores. Tese (Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção da UFSC). Florianópolis, 2003.

BUENO, Liane da Silva. Uso e Ocupação do Solo - Uma estratégia para o Zoneamento Sustentável. Caçador: Editora UNIARP, 2013.

BUENO, Liane da Silva *et al.* Zoneamento do arranjo produtivo do Caranguejo-Uçá (*Ucides Cordatus*) como alternativa para o desenvolvimento sustentável em áreas estuarinas utilizando o geoprocessamento: o caso dos municípios de Araióses, Tutóia, Paulino Neves e Água Doce no Maranhão. VII Encontro Nacional de

Educação Ambiental em Áreas de Manguezal, São Francisco do Sul/SC, 2004.

ERBA, Diego (Org.). Sistemas de Información Geográficas Aplicados a Estudios Urbanos – Experiências Latinoamericanas. Lincoln Institute of Land Policy, 2006.

IAMAMOTO, Marilda V. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. Ed. 2. São Paulo: Cortez, 1999. pg 27.

LADWIG, Nilzo Ivo; SCHWALM, Hugo (Org.). Espaço Urbano Sustentável – Planejamento – Gestão Territorial – Tecnologia Inovação. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

LIMA, Telma Cristiane S. de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos Metodológicos na Construção do Conhecimento Científico: a pesquisa bibliográfica. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>. Acesso em: set. 2015.

MENEZES, C. L. Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente. A Experiência de Curitiba. Campinas, SP: Papirus, 1996.

OLIVEIRA, Everton Luiz de. Mapeamento aéreo feito por drones auxilia produtores em decisões de manejo. Disponível em: <http://www.multidrones.com.br/sem-categoria/mapeamento-aereo-feito-por-drones-auxilia-produtores-em-decisoes-de-manejo/>. Acesso em: set. 2015.

PRATES, Izabela. O laser scanner e a revolução na obtenção de dados. Disponível em: <http://mundogeo.com/blog/2014/06/10/laser-scanner-3d-a-revolucao-na-coleta-de-dados/>. Acesso em: set. 2015.

SANTOS, Milton. Por uma outra Globalização - Do pensamento único à consciência universal. Disponível em: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao_leitura/sociologia/outra_globalizacao.pdf. Acesso em: set. 2015.

SARAIVA, Camila; MARQUES, Eduardo; GOMES, Sandra. Estimativas e caracterização socioeconômica da população em alternativas habitacionais irregulares e/ou precárias, 2006. Pag. 21-30.

SILVA, A.; LOCH, C. A utilização e interpretação de Mapas Temáticos no ensino de geografia como forma de compreender a realidade. In Artigos e Monografias da UFSC. 2009. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/a-utilizacao-e-interpretacao-de-mapas-tematicos-no-ensino-de-geografia-como-forma-de->

[compreender-a-realidade/13982/#ixzz3lBNdyCl](#). Acesso em: abr. 2015.

SOUZA, Gláucia Cardoso de; MILIOLI, Geraldo. Espaço Urbano Sustentável: Planejamento, Gestão Territorial, Tecnologia e Inovação. Florianópolis: Insular Livros, 2012.

STEINER, Laura; ALEXANDRE, Nadja Zim. Avaliação do sistema de drenagem pluvial urbana com aplicação do índice de fragilidade: estudo de caso: Microbacia do Rio Criciúma, SC. Disponível em: <http://repositorio.unesc.net/handle/1/1356>. Acesso em set. 2015.